Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos
 procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos
 opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas Contador CRC 1SP235228/O-5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil (AM) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

ATIVOS TOTAIS

Os ativos totais atingiram, em 30 de junho de 2022, o montante de R\$ 54.618 mil (R\$ 53.687 mil em 31 de dezembro de 2021).

OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A BMW Leasing do Brasil S.A. - AM desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira.

A carteira de Arrendamento Mercantil atingiu o montante de R\$ 34 mil no semestre findo em 30 de junho de 2022 (R\$ 69 mil em 31 de dezembro de 2021). A carteira de Arrendamento Mercantil vem reduzindo ao longo dos últimos exercícios, visto a baixa demanda de novos negócios recebida pela Instituição.

A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito em Operações de Arrendamento Mercantil atingiu o montante de R\$ 1 mil em 30 de junho de 2022 (R\$ 2 mil em 31 de dezembro de 2021).

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO

O Patrimônio Líquido total atingiu, em 30 de junho de 2022, o montante de R\$ 52.890 mil (R\$ 51.402 mil em 31 de dezembro de 2021).

A BMW Leasing do Brasil S.A. - AM encerrou o semestre de 30 de junho de 2022 com lucro de R\$ 1.488 mil (R\$ 284 mil em 30 de junho de 2021), resultante principalmente de aplicações interfinanceiras.

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela BMW Leasing do Brasil S.A. - AM.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	Jun-22	Dec-21	PASSIVO	Notas	Jun-22	Dec-21
CIRCULANTE		53-335	52.180	CIRCULANTE		766	672
Disponibilidades	Nota 4	52.850	51.652	Outras obrigações		766	672
		0 - 0	0	Sociais e estatutárias	Nota 10 - I	7	7
				Fiscais e previdenciárias	Nota 10 - I	643	500
Operações de arrendamento mercantil		6	22	Diversas	Nota 10 - I	116	599 66
Arrendamentos a receber - Setor privado	Nota 5	6	23				
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	Nota 5		(1)				
Outros créditos		479	506	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		962	1.613
Diversos	Nota 10 - H	479	506	Outras obrigações		962	1.613
				Provisão para imposto de renda diferido	Nota 10 - I	5	61
				Provisão para passivos contingentes	Nota 8	411	1.014
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.283	1.507	Diversas	Nota 10 - I	546	538
Operações de arrendamento mercantil		27_	45_				
Arrendamentos a receber - Setor privado	Nota 5	28	46				
 (-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa 	Nota 5	(1)	(1)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		52.890	51.402
				Capital social		35.682	35.682
				De domiciliados no país	Nota 6	35.682	35.682
Outros créditos		1.256	1.462				
Crédito tributário	Nota 7	256	458	Reserva de lucros		17.208	15.720
Diversos	Nota 10 - H	1.000	1.004	Reservas legal	Nota 6	1.780	1.705
				Reservas especiais de lucros	Nota 6	14.015	14.015
				Lucros acumulados	Nota 6	1.413	-
TOTAL DO ATIVO		54.618	53.687	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.618	53.687

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2022	2021
		1º Semestre	1º Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		2.740	667
Operações de arrendamento mercantil		3	15
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		2.737	652
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		1	1
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 5 - C	1	1
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		2.741	668
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(488)	(266)
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias		-	1
Outras despesas administrativas	Nota 10 - J	(552)	(170)
Despesas tributárias	Nota 10 - K	(441)	(31)
Outras receitas operacionais	Nota 10 - L	604	42
Outras despesas operacionais	Nota 10 - M	(99)	(108)
RESULTADO OPERACIONAL		2.253	402
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		2.253	402
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUICAO SOCIAL		(765)	(118)
Provisão para imposto de renda	Nota 7	(346)	(53)
Provisão para contribuição social	Nota 7	(273)	(69)
Ativo fiscal diferido	Nota 7	(146)	4
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		1.488	284
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE POR AÇÃO - EM R\$		0,0550	0,0105

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas 2022	2021
	1° Semestre	1° Semestre
UCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	1.488	284
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	1.488	284

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de Reais)

		Reservas de Lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reservas especiais de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	35.682	1.667	14.285	-	51.634
Lucro líquido do semestre	-	-	-	284	284
Destinações do lucro: Reserva legal	<u> </u>	15		(15)	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	35.682	1.682	14.285	269	51.918
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	15	-	269	284
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	35.682	1.705	14.015		51.402
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.488	1.488
Destinações do lucro: Reserva legal	-	75	-	(75)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	35.682	1.780	14.015	1.413	52.890
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	75	-	1.413	1.488

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de Reais)

	1º Semestre 2022	1º Semestre 2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	1.488	284
Ajustes ao lucro líquido	(359)	55_
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	1
Provisão para passivos contingentes e outras provisões Impostos diferidos	(506)	58
impostos diieridos	146	(4)
Variações patrimoniais	69	18
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	754	(56)
(Aumento) Redução em outros créditos	83	(53)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(768)	127
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	1.198	357
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.198	357
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	51.652	51.322
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	52.850	51.679
AUMENTO/(REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.198	357
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

1 'Contexto operacional

A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") pertence ao Grupo BMW, e é decorrente da aquisição da CM Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, anteriormente controlada pelo Banco Chase Manhattan S.A.

A aquisição foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 17 de março de 1999.

A Sociedade concentra suas atividades no arrendamento mercantil de consumidores finais de veículos e motos, na modalidade de Leasing Financeiro.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo BMW, inclusive a BMW do Brasil Ltda. e BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazônia Ltda., as quais atuam de forma integrada no mercado. As demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, considerando as alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638/07 e pela Lei nº. 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Entre 2008 e 2022, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a Instituição, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN):

- a) CPC oo (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- b) CPC 01 (R1) Redução ao valor recuperável de ativos homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 (R2) Demonstração dos fluxos de caixa homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- e) CPC 04 (R1) Ativo Intangível homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- f) CPC 05 (R1) Divulgação sobre partes relacionadas homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 (R1) Pagamento baseado em ações homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 Eventos subsequentes homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16:
- l) CPC 33 (R1) Benefícios a empregados homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
- m) CPC 41 Resultado por Ação homologado pela Circular Bacen nº 3.959/19;
- n) CPC 46 Mensuração do Valor Justo homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019;

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

 o) CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (Nota - 3 K).

Em 25 de novembro de 2021 foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966/2021 que dispões sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela diretoria em 29 de agosto de 2022.

3 Principais políticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As rendas de operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e prazo original inferior a 90 dias.

c) Operações de arrendamento

As operações de arrendamento a receber são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas a rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento mercantil foi calculado em conformidade com os critérios do Banco Central do Brasil (BACEN), com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos contratos, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A reclassificação de operações para categoria de menor risco é admitida quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança de nível de risco.

Para os créditos com atraso igual ou superior a 60 (sessenta) dias, é vedado o reconhecimento no resultado do período de receitas e encargos de qualquer natureza assim como disposto na Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 9º.

f) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Os valores registrados no ativo, na rubrica "Outros créditos - créditos tributários", foram constituídos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (Vide nota explicativa nº 7).

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 15% para imposto de renda e contribuição social, respectivamente, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.842/20 e Instrução CVM nº 371/02.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

O passivo diferido foi constituído à alíquota de 25%, para imposto de renda, sobre o ajuste da superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

h) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de arrendamento mercantil para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em operações de arrendamento mercantil, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões e a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

i) Contingências

Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº. 3.823/09.

A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o aprovisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas. As contingências classificadas como possíveis são apresentadas em nota explicativa conforme requisitado pela norma.

j) Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

k) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Nesse contexto, não foram identificados resultados não recorrentes nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

1) Efeitos da Pandemia COVID-19:

As operações da BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil não foram impactadas pela pandemia (COVID-19).

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as disponibilidades estão compostas como segue:

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Disponibilidades	543	936
Aplicações interfinanceiras de liquidez - ligadas (i)	52.307	50.716
Subtotal – Circulante	52.850	51.652
Total	52.850	51.652

⁽i) Operações de depósitos interfinanceiros de alta liquidez com a BMW Financeira S.A., com último vencimento em dezembro de 2022 e taxas pré-fixadas que variam entre 11,60% e 13,25% ao ano (7,70% e 11,60% ao ano e com último vencimento em dezembro de 2022, em 31 de dezembro de 2021).

5 Operações de arrendamento mercantil

A classificação das operações de arrendamento mercantil, bem como as regras para constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito), obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do cliente e da operação, levandose em consideração itens como a situação econômico-financeira, o grau de endividamento, a capacidade de geração de resultados, o fluxo de caixa, a administração, a pontualidade e os atrasos nos pagamentos.

a. Composição do valor presente da carteira de arrendamento mercantil por segmento econômico e nível de risco:

30 de junho de 2022							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
В	-	-	-	34	34	1,00%	1
Total	-	-	-	34	34		1
31 de dezembro de 2021							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
A	-	-	-	8	8	0,50%	-
_							
В	-	-	-	48	48	1,00%	1
В С	- -	-	-	48 13	48 13	1,00%	1 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

b. Composição da carteira de arrendamento mercantil por vencimento:

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Parcelas em curso normal:		
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	2	8
De 91 dias até 360 dias	4	17
Acima de 360 dias	28	44
Subtotal	34	69
Total	34	69

c. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em operações de arrendamento mercantil:

Saldo em 31/12/2020	2
Constituições	2
Reversões	(1)
Baixas	-
Saldo em 30/06/2021	3
Saldo em 31/12/2021	1
Constituições	1
Reversões	(1)
Baixas	-
Saldo em 30/06/2022	1

	2022	2021
Baixas para prejuízo	-	(172)

Não há recuperações de prejuízo e renegociações nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021.

d. Concentração dos maiores devedores:

	30 de junho	de 2022	31 de dezembr	o de 2021
10 maiores clientes	34	100,00%	69	100,00%
Total	34	100,00%	69	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

6 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é representado por 27.079.140 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 25 de abril de 2022, foi efetuada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que tratou de (a) aprovar, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (b) consignar que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas; (c) reeleger a Diretoria para o presente exercício social, mantendo-se a mesma remuneração do exercício anterior, além de deliberações extraordinárias relacionadas ao departamento de ouvidoria.

A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil em 04 de maio de 2022 e homologada em 14 de junho de 2022.

b. Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, conforme Estatuto Social. A assembleia de acionistas pode, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, nos ter nos termos do art. 202, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76. Nesse contexto, a assembleia geral extraordinária ocorrida em 25 de abril de 2022 foi deliberado que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A reversão dos dividendos foi realizada após a homologação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária pelo Banco Central do Brasil.

c. Reservas

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória.

Reservas especiais de lucros

Referem-se aos lucros que deixaram de ser distribuídos aos acionistas.

De acordo com a legislação em vigor, o saldo em Reservas de Lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o Capital Social.

Atingido esse limite, à Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

7 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social – valores correntes e diferidos:

	30 de ju	nho de 2022	30 de jui	nho de 2021
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre				
o lucro	2.253	2.253	402	402
Adições/(-) Exclusões permanentes:	74	74	-	-
Adições/(-) Exclusões temporárias:				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1)	(1)	-	-
Superveniência de depreciação	223	-	(87)	-
Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(603)	(603)	(41)	(41)
Provisões operacionais	98	98	100	100
Base de cálculo	2.044	1.821	374	461
Compensação de prejuízo fiscal	(613)	-	(112)	-
Base de cálculo	1.431	1.821	262	461
Alíquota (IR 15%)	(215)	_	(39)	_
Adicional (IR 10%)	(131)	-	(14)	-
Alíquota (CS 15%)	-	(273)	_	(69)
Provisão para IR diferido	56	-	(22)	-
Ativo fiscal diferido	(126)	(76)	16	10
Efeito do IR e CS no resultado	(416)	(349)	(59)	(59)

b. Movimentação do ativo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2021	Adição	(-) Baixa/Adição	Saldo em 30/06/2022
Outras (contingências e provisões operacionais)	458	31	(233)	256
Total	458	31	(233)	256

	Saldo em 31/12/2020	Adição	(-) Baixa/Adição	Saldo em 30/06/2021
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	70	_	_	70
Outras (contingências e provisões operacionais)	192	26	_	218
Total	262	26	-	288

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

c. Movimentação do passivo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2021	Adição	(-) Baixa/Adição	Saldo em 30/06/2022
IR diferido sobre superveniência de depreciação	(61)	5	61	(5)
Total	(61)	5	61	(5)
	Saldo em 31/12/2020	Adição	(-) Baixa/Adição	Saldo em 30/06/2021
IR diferido sobre superveniência de depreciação	(101)	(22)	-	(123)
Total	(101)	(22)		(123)

A Administração da Sociedade referendou o estudo técnico dos créditos tributários e passivo diferido, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020 e a Instrução CVM nº 371/2002.

Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

O valor presente dos créditos tributários, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Selic projetada, é de R\$ 256. O valor atual dos créditos tributários é de R\$ 237.

O valor presente do passivo diferido, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Selic projetada, é de R\$ 5. O valor atual do passivo diferido é de R\$ 5.

2022 Crédito Tributário e Passivo Diferido					
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente	
Em 2022	-	-	-	-	
Em 2023	42	37	-	-	
Em 2024	-	-	(5)	(5)	
Em 2025	-	-	-	-	
Em 2026	-	-	-	-	
Em 2027	214	200	-	-	
Total	256	23 7	(5)	(5)	

8 Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recurso para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, no montante de R\$ 454 (R\$ 463 em 31 de dezembro de 2021) em atendimento às normas do Banco Central do Brasil.

a. Contingências fiscais:

A Sociedade possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas administrativas e judiciais frente a vários municípios, que exigem que o recolhimento do ISS incidente sobre as receitas de operações de leasing, por entenderem que são prestadas naquelas localidades, ao invés do local da sede da prestadora.

Com o advento da Lei Complementar (LC) 157/2016, o tema está em discussão, visto que esta LC versa exatamente o contrário da decisão acima mencionada, ou seja, que a incidência se daria no local de entrega do bem e finalização do contrato. A eficácia desta LC se encontra suspensa, tendo em vista a concessão de Liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 5.835 proposta contra a mesma, que ainda pende de julgamento.

b. Contingências cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

c. Contingências trabalhistas:

São ações judiciais que visam o pagamento de verbas pleiteadas por colaboradores da empresa — empregados ou não - em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31/12/2021	(2)	(1.012)	(1.014)
(-) Constituições	-	-	-
Reversões	-	603	603
Saldo em 30/06/2022	(2)	(409)	(411)
Saldo em 30/06/2021	(2)	(409)	(411)
(-) Constituições	-	(603)	(603)
Reversões	-	-	
Saldo em 31/12/2021	(2)	(1.012)	(1.014)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

d. Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:

	30 de junho	30 de junho de 2022		ro de 2021
	Qtde Processos	Montante R\$	Qtde Processos	Montante R\$
Cíveis	1	52	1	45
Total	1	52	1	45

As causas classificadas como possíveis referem-se a ações judiciais nas quais ainda não se pode precisar a probabilidade de perda, em razão da fase processual em que se encontram, bem como de divergência jurisprudencial sobre os temas discutidos.

As causas classificadas como remotas referem-se a ações judiciais nas quais a probabilidade de perda é considerada inexistente, de baixa probabilidade, ou onde seja impossível, no momento da avaliação, mensurar o risco, por falta de elementos de fato ou valorativos.

9 Partes relacionadas

As operações da Sociedade são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC o5 homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

O controlador indireto da BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil é a BMW España Finance, S.L. através da BMW Acquisitions Ltda. (controlador direto).

a. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 30 de junho de 2022, 30 de junho e 31 de dezembro de 2021 podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Ativo (<u>Passivo</u>)				
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021	30 de junho de 2022	30 de junho de 2021	
BMW Financeira S.A CFI					
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	52.307	50.716	2.711	652	
Valores a receber de ligadas (nota 10 - H)	10	35	-	-	

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da Instituição e é composto pelos membros estatutários.

A Sociedade não possui contrato de trabalho com seus membros estatuários, que são remunerados pela BMW Financeira S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

10 Outras informações

a) Resumo da Descrição da Estrutura Integrada de Gerenciamento de Riscos:

Com o objetivo de atender as disposições da Resolução CMN Nº 4.557/17 e suas alterações, o Departamento de Riscos das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto BMW Serviços Financeiros, é o responsável pelo gerenciamento dos riscos da instituição, sendo eles:

- Risco de Crédito:
- Risco Operacional;
- Risco de Mercado e IRRBB (variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária);
- Risco de Liquidez; e
- Risco Socioambiental e Climático.

Adicionalmente, o Departamento de Riscos também é responsável pela gestão dos seguintes riscos de segurança cibernética, conforme Resolução CMN nº 4.893/21:

- Risco de Segurança Cibernética.

O Departamento de Riscos junto à instituição adota uma política conservadora em termos de exposição a riscos, emitindo diretrizes e fixando os limites definidos pela Alta Administração, em linha com as normas estabelecidas pelo Grupo BMW, conforme descrito nos materiais disponibilizados no sítio da Instituição.

Em suas atividades, a BMW Serviços Financeiros gerencia os riscos sob o qual está exposta de forma integrada, respeitando o seu Apetite a Risco, visando alcançar os objetivos estratégicos definidos pela mesma, para tal, o Departamento de Riscos possui processos para identificar, mensurar, avaliar, reportar, controlar e mitigar os riscos sob os quais a instituição está sujeita.

b) Risco de crédito:

Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Visando realizar uma efetiva gestão e gerenciamento do risco de crédito, a Instituição estabelece provisões de risco de crédito adequadas ao grau de risco. Não obstante, monitora os valores das garantias contratuais e o comportamento da carteira.

c) Risco operacional:

Os Riscos Operacionais são definidos como aqueles capazes de causar perdas, financeiras ou não, em função das falhas nas atividades executadas por pessoa, sistemas, inadequação de processos, além daquelas causadas por eventos externos.

Como parte do processo de Gerenciamento de Riscos Operacionais, existe um ciclo de atividades desenvolvidas durante cada exercício, no sentido de rever e identificar novos cenários de Risco Operacional, bem como Planos de Ação para mitigar os mesmos. Também faz parte deste ciclo, o treinamento dos colaboradores da instituição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

d) Risco de Mercado, Liquidez e Variação de Taxas de Juros (IRBB):

Risco de Mercado: Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, da variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Risco de Liquidez: Definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – ocasionando em "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

IRRBB: Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/2017, a BMW Serviços Financeiros definiu uma política de gerenciamento do risco de mercado e liquidez, aprovada pela Diretoria. Não obstante, o controle das exposições de Risco de Mercado/Liquidez, é realizado dentro do comitê de riscos e com a matriz da BMW no exterior.

e) Demais riscos:

Risco Segurança Cibernética: Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.893/2021, a BMW Serviços Financeiros definiu uma Política de Segurança Cibernética e Plano de Ação e Respostas a Incidentes, aprovada pela Diretoria, contemplando dentre outros aspectos, diretrizes que busquem assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados.

Risco Socioambiental e Climático: Conforme os princípios das Resoluções CMN nº 4.943/2021 e 4.945/2021, a BMW Serviços Financeiros estabelece processos para mitigar a exposição ao risco socioambiental e climático.

f) Patrimônio líquido exigido:

O patrimônio líquido exigido é calculado com base nas demonstrações consolidadas – conglomerado prudencial – e os detalhes estão divulgados nas demonstrações da BMW Financeira S/A – CFI, líder do Conglomerado.

g) Gestão de Capital:

Em cumprimento às disposições da Resolução nº 4.557/2017 e suas alterações, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Capital das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto "BMW Serviços Financeiros".

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Capital com o apoio de sua área de negócios, visando manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada em conjunto com a matriz. Para tanto, são utilizadas informações oriundas de metodologias oficiais de planejamento do BMW Group, garantindo o processo e a produção das informações de suporte ao gerenciamento de capital, cujos resultados destas estratégias e monitoramentos são apresentados nos Comitês de Risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

h) Outros créditos:

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Créditos tributários (nota 7)	256	458
Fiscais e previdenciárias	469	471
Devedores por depósitos em garantia (nota 8)	454	463
IPVA em cobrança	546	541
Valores a receber - ligadas	10	35_
Total	<u> </u>	1.968
Circulante	479	506
Longo Prazo	1.256	1.462
Total	1.735	1.968

i) Outras obrigações:

	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
Provisões para pagamentos a efetuar	(112)	(50)
Provisões para passivos contingentes (nota 8)	(411)	(1.014)
IPVA em cobrança	(546)	(541)
Dividendos a pagar	(7)	(7)
Fiscais e previdenciárias	(643)	(599)
Imposto de renda diferido (nota 7 - C)	(5)	(61)
Diversas	(4)	(13)
Total	(1.728)	(2.285)
Circulante	(766)	(672)
Longo Prazo	(962)	(1.613)
Total	(1.728)	(2.285)

j) Outras despesas administrativas:

	1 ⁰	1 ⁰
	semestre de 2022	semestre de 2021
Despesas de serviços técnicos especializados	(22)	(23)
Despesas de serviços de terceiros	(2)	(2)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(65)	(66)
Despesas com apreensão de bens	-	(2)
Despesas de publicações	-	(36)
Despesas com encargos moratórios sobre impostos	(385)	-
Outras despesas administrativas	(78)	(41)
Total	(552)	(170)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

k) Despesas tributárias:

	1º semestre de 2022	1º semestre de 2021
COFINS	(110)	(27)
PIS	(18)	(4)
ISS	(313)	
Total	(441)	(31)

l) Outras receitas operacionais:

	1 ⁰	1 0
	semestre	semestre
	de 2022	de 2021
Reversão de provisão para contingências	603	42
Outras receitas operacionais	1	
Total	604	42

m) Outras despesas operacionais:

	1º semestre de 2022	10 semestre de 2021
Despesas com provisões operacionais	(98)	(100)
Outras despesas	(1)_	(8)
Total	(99)	(108)

11 Eventos subsequentes

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115/2022, que alterou a Lei nº 7.689/1988, a fim de determinar a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para 16% no caso das sociedades de arrendamento mercantil e sociedades de crédito e financiamento e investimento, a partir de agosto de 2022 até o fim do exercício.

A medida provisória encontra-se em tramitação e ainda não foi convertida em lei. O efeito na demonstração financeira resultante do aumento da tributação de 1% não representa um valor significativo para a empresa.

DIRETORIA

Mario Andreas Janssen – Diretor Presidente

Holger Manfred Spiegel - Diretor

Marianne Resmond Cruz Losito - Diretora

Thais Andrade Costa Contadora CRC 1SP269365/O-8

* * *